



1950 11 ✓

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
QUINTA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração nº 0183843-3/01 – Comarca de Maranhão
Embargante: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco – DER-PE
Embargado: Edízio Pessoa de Vasconcelos

SUS

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. PREÇO OFERTADO COMO JUSTO NA INICIAL. ACLARAMENTO, SEM EFEITO MODIFICATIVO. DECISÃO UNÂNIME. 1. No caso *sub examine*, a ação originária trata-se de Desapropriação de parte de terra da terra denominada "refúgio Verde", localizada em Bonança, às margens da BR 232, pela qual e por suas benfeitorias foi oferecida como indenização pelo embargante o preço de R\$ 64.463,16 (sessenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e três reais e dezesseis centavos), valor este que o recorrente pretende ver reconhecido como justo, com a consequente reversão da sucumbência. Referida oferta não pode subsistir pelos mesmos fundamentos que serviram para rejeitar os laudos dos assistentes técnicos das partes, ou seja, não contem ela, elementos suficientes e capazes de dirimir a matéria nesta órbita processual, ensejando o preço como justo, numa precisa recomposição do patrimônio atingido. 2. O acórdão anulou a sentença com base em apenas uma das razões do apelo. Assim o fez em vista do perito oficial ter avaliado o imóvel expropriado de forma hipotética, como se loteado fosse, todavia, na peça recursal, o recorrente aponta supostas irregularidades avaliatórias, tais como: divergência da extensão da área expropriada, inclusão da terra nua de área restrita, ausência de comprovação dos valores utilizados na fixação da indenização (paradigma de outro imóvel assemelhado para comparação de mercado), excesso de valor das benfeitorias, etc. 3. Aceitar o laudo avaliatório trazido com a exordial, seria ignorar todas essas incertezas insertas no bojo processual as quais precisam ser dirimidas com uma nova perícia judicial. Ademais, o predito laudo também não traz qualquer tabela comparativa de valores das benfeitorias



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

existentes no imóvel, bem como do próprio imóvel, como espelho de mercado. 4. Aclaratórios acolhidos para suprir a omissão do julgado, todavia, sem promoção de qualquer repercussão modificativa da decisão hostilizada, por não vislumbrar como justo o preço oferecido pelo expropriante na exordial. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos Embargos de Declaração nº 0183843-3/01, acima mencionados, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, em sessão realizada no dia 10/12/2007, à unanimidade de votos, acolhê-lo para suprir a omissão do julgado, todavia, sem repercussão modificativa da decisão hostilizada, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 10/12/2007.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração nº 0183843-3/01 – Comarca de *Moreno*

Embargante: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco – DER-PE

Embargado: Edízio Pessoa de Vasconcelos

RELATÓRIO

Cuidam-se de Embargos de Declaração opostos contra acórdão que deu provimento ao reexame necessário por entender que a perícia oficial não avaliou o imóvel objeto da Desapropriação de forma adequada, ou seja, não levou em conta ter o mesmo certificado de cadastro rural e ademais, não poderia a avaliação ter sido realizada como se loteamento fosse.

Alega o embargante, em síntese, que o acórdão embargado teria incorrido em omissão por não ter se pronunciado sobre o valor oferecido na petição inicial, o qual, além de contemporâneo ao decreto expropriatório, atentou para a realidade do imóvel expropriado.

Ao final, requer sejam acolhidos os presentes embargos declaratórios para sanar a omissão apontada, aceitando como justo o preço oferecido pelo expropriante, com reversão do ônus da sucumbência.

É o relatório.

Recife, 10/12/2007

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator

19314



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração nº 0183843-3/01 – Comarca de Insano
Embargante: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco – DER-PE
Embargado: Edízio Pessoa de Vasconcelos

VOTO

Os argumentos trazidos pelo embargante quanto à omissão do acórdão em face de não ter se pronunciado sobre o valor indenizatório ofertado na inicial, de certa forma, procedem, pois no julgamento apenas foi asseverado que *"também deve ser ressaltado que os laudos periciais apresentados pelos assistentes das partes, fls. 132/135 e 176/179, respectivamente, do autor e do réu, são desprovidos de elementos capazes de substituírem o do vistor oficial, não restando a matéria na órbita processual devidamente esclarecida"*.

Assim, tenho por razoáveis os presentes aclaratórios.

É sabido que os Embargos de Declaração têm, na verdade, uma natureza integrativa ou esclarecedora. Assim, visa-se com tal instrumento recursal, buscar uma declaração judicial de modo a possibilitar sua melhor inteligência ou interpretação, o que passo a fazer doravante para que a decisão fustigada reluza de forma a não deixar qualquer sombra de obscuridade.

No caso *sub examine*, a ação originária trata-se de Desapropriação de parte de terra da terra denominada "refúgio Verde", localizada em Bonança, às margens da BR 232, pela qual e por suas benfeitorias foi oferecida como indenização pelo embargante o preço de R\$ 64.463,16 (sessenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e três reais e dezesseis centavos), valor este que o recorrente pretende ver reconhecido como justo, com a consequente reversão da sucumbência.

Ao meu sentir, referida oferta não pode subsistir pelos mesmos fundamentos que serviram para rejeitar os laudos dos assistentes técnicos das partes, ou seja, não contem ela, elementos

03 ED nº 0183843-3/01

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE
CEP: 50.010.230 – Fone: (081) 3419-3726.



154
15
C

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

suficientes e capazes de dirimir a matéria nesta órbita processual, ensejando o preço como justo, numa precisa recomposição do patrimônio atingido.

Explico. O acórdão anulou a sentença com base em apenas uma das razões do apelo. Assim o fez em vista do perito oficial ter avaliado o imóvel expropriado de forma hipotética, como se loteado fosse, todavia, na peça recursal, o recorrente aponta supostas irregularidades avaliatórias, tais como: divergência da extensão da área expropriada, inclusão da terra nua de área restrita, ausência de comprovação dos valores utilizados na fixação da indenização (paradigma de outro imóvel assemelhado para comparação de mercado), excesso de valor das benfeitorias, etc.

Ora, aceitar o laudo avaliatório trazido com a exordial, seria ignorar todas essas incertezas insertas no bojo processual as quais precisam ser dirimidas com uma nova perícia judicial. Ademais, o predito laudo também não traz qualquer tabela comparativa de valores das benfeitorias existentes no imóvel, bem como do próprio imóvel, como espelho de mercado.

Assim, ante o exposto, voto no sentido acolher os Embargos Declaratórios para suprir a omissão do julgado, todavia, sem promoção de qualquer repercussão modificativa da decisão hostilizada, por não vislumbrar como justo o preço oferecido pelo expropriante na exordial.

É como voto.

Recife, 10/12/2007

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator